

Carlos Alexandre teme estar a ser espiado por organização secreta

Justiça
Ana Henriques

Juiz mencionou as suas suspeitas a procuradora do Tribunal da Relação que arquivou denúncia anónima contra si

O juiz Carlos Alexandre disse a uma procuradora do Tribunal da Relação de Lisboa que teme estar a ser espiado por uma organização secreta.

Quando a magistrada o interrogou sobre quem seriam os autores de uma carta anónima em que o juiz era visado, Carlos Alexandre desvendou, ainda que de forma vaga, as suas suspeitas. É que embora alguns dos detalhes mencionados na missiva pudessem facilmente ser obtidos através da leitura de notícias de jornal ou de outras fontes de informação disponíveis a qualquer cidadão, outros que dela constam, como o número do processo atribuído pela justiça à primeira denúncia, ou a referência à identidade dos convivas presentes nas jantaras de confraternização em que costuma participar com os seus conterrâneos de Mação, e ao que ali é dito, já constituem informação privilegiada a que nem toda a gente tem acesso.

A isto o juiz chamou “uma espécie de *garde à vue* [termo francês usado para prisão preventiva, mas que também significa sob vigilância] própria de organizações secretas ou que, na prática, se comportam como tal”.

A magistrada que arquivou a denúncia anónima entendeu que ela podia ser encarada como uma vingança ou uma forma de pressão, tendo como “único fito” a desacreditação do magistrado.

O magistrado, que viu o seu cão ser envenenado há mês e meio, e pelas mãos de quem têm passado os casos mais mediáticos da justiça portuguesa, reagiu a uma segunda denúncia anónima de que foi alvo, a qual desencadeou um inquérito no Ministério Público junto do Tribunal da Relação de Lisboa entretanto arquivado. Segundo a carta não assinada, enviada para a Procuradoria-Geral da República e também para os seus serviços distritais de Lisboa, Carlos Alexandre estaria nas mãos de um jornalista da revista *Sábado* depois de este ter descoberto factos comprometedores relacionados com os seus bens pessoais, não lhe tendo restado alternativa senão



Magistrada arquivou denúncia anónima sobre Carlos Alexandre

comprar o seu silêncio passando-lhe informação privilegiada sobre os processos judiciais.

Datada das vésperas do Natal passado, a missiva parece ser o desenvolvimento de uma primeira denúncia anónima contra o juiz enviada aos mesmos serviços pouco tempo antes e mencionando sucessivas violações do segredo de justiça por parte do magistrado, que teria por hábito almoçar com jornalistas para lhes passar informações. Nesta segunda

O juiz negou ter algum dia ficado refém de quem quer que seja, jornalista ou não. “Nem de qualquer congregação ou obediência”, fez questão de dizer. E sublinhou tratar-se da primeira vez na sua vida que foi acusado de corrupção

denúncia, feita antes de a primeira ter sido arquivada pelo Ministério Público, à alegada violação do segredo de justiça somam-se suspeitas de corrupção e tráfico de influências. Entre os indícios comprometedores descobertos pelo jornalista estaria “uma conversa/negociação tida entre um representante da fa-

mília Espírito Santo e o dito juiz em Mação”, terra natal do magistrado, logo no início da *Operação Furacão*, em 2005.

Nas declarações que prestou em Março passado, na qualidade de testemunha, à procuradora no Tribunal da Relação encarregada de investigar a veracidade dos factos relatados na carta anónima, Carlos Alexandre optou por fazer uma espécie de *strip-tease* financeiro, explicando quanto ganhava, qual o salário da mulher, que chefia uma repartição de finanças, e indicando os encargos do casal: empréstimos para comprar habitação e apartamento de férias, prestação do automóvel, que troca de cinco em cinco anos, e por aí fora. O magistrado habituou-se a acumular funções, e até ao ano passado trabalhava nas varas criminais de Lisboa, no Tribunal Central de Instrução Criminal, por onde passaram os processos mais pesados, e ainda no Tribunal de Instrução Criminal.

Foi assim que conseguiu ir fazendo face às despesas quotidianas, explicou. Sempre com os cuidados que o melindre das funções que exerce exigem: a Caixa Geral de Depósitos, onde abriu uma conta bancária juntamente com a mulher, tem ordens para não aceitar depósitos que não os efectuados pelo casal e respectivas entidades empregadoras, ou os reembolsos de despesas de saúde. “Tem-se cuidado”, como já o aconselharam. Carlos Alexandre negou ter algum dia ficado refém de quem quer que seja, jornalista ou não. “Nem de qualquer congregação ou obediência”, fez questão de dizer. E sublinhou tratar-se da primeira vez na sua vida que foi acusado de corrupção.

“Óoauêaió!” Para onde vai a língua portuguesa?

Debate
João Manuel Rocha

Se em países africanos o português é factor de “unidade”, em Timor os jornalistas só entendem outras línguas

“Óoauêaió!” A expressão, sem consoantes, usada por surfistas brasileiros para dizer “Olha o barulho aí, ó você!”, foi o exemplo dado por Paulo Motta, editor executivo d’ *O Globo*, para lançar uma questão sem resposta: “Que português falaremos no futuro?” O que o debate entre directores e editores de jornais de todos os países lusófonos permitiu ontem, em Lisboa, foi antes a discussão sobre problemas de afirmação e potencial da língua comum.

Se a pergunta sobre o português do futuro era retórica e a resposta exigiria dotes de adivinhação, os participantes não se furtaram ao desafio do moderador, Nuno Pacheco, director adjunto do PÚBLICO, e disseram como vêm o presente e “O futuro da língua portuguesa” – tema do debate organizado pelo Movimento 2014 – 800 anos da língua portuguesa.

“Sem a língua portuguesa, como íamos comunicar?”, questionou Delfina Mugabe, editora-chefe do jornal *Notícias*, de Moçambique, lembrando a multiplicidade de línguas locais no seu país. “Onde existe o problema? A falta de investimento. O ensino não é prioridade”, lamentou.

Francisco Carmona, editor executivo do também moçambicano *Savana*, apontou o paradoxo de o português ser “língua oficial e ser falado apenas por uma minoria”. Defendeu que é preciso primeiro promover o ensino das línguas locais para, a partir daí, “se aprender o português”, o idioma com que se faz a política e a economia e que “é o caminho”.

O optimismo sobre futuro da língua foi o tom dominante. O guineense António Nhaga, d’ *O Democrata*, recordou Amílcar Cabral, quando disse que a maior riqueza que o colono deixou foi a língua, e chegou a declarar que “o futuro da Guiné-Bissau depende do futuro da língua portuguesa”. Tal como Bacar Baldé, do *Nô Pintcha*, apontou um aspecto da situação no país: a influência recíproca do crioulo e do português.

Mas as dinâmicas são “muito diferentes”, como afirmou o deputado português Ribeiro e Castro, do Movimento 2014. Se em S. Tomé e Prín-

cipe, como noutros países africanos, o português é factor de “unidade”, como também disse Abel Veiga, director do *Têla Nón*, não é assim em todo o espaço lusófono. Em Timor-Leste, se numa cerimónia pública se falar apenas português, os jornalistas “não vão perceber”, contou Salvador Soares, do *Suara Timor Loro Sae*.

Defina Mugabe notou que o português “começa a ganhar espaço nos eventos internacionais”. Mas, tal como outros, lamentou que os dirigentes não usem por regra a língua nacional nos fóruns internacionais. “O grande inimigo do português é o medo de se falar português”, chegou a dizer o cabo-verdiano António Monteiro, do *Expresso das Ilhas*. Sabino Lopes, do guineense *Última Hora*, criticou o facto de, numa deslocação à Costa do Marfim, o alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados, António Guterres, ter feito vários discursos em inglês e francês e nenhum em português.

Só um maior investimento no ensino – reclamado por intervenientes como Jaime Langa, director do *Notí-*



O futuro da língua portuguesa não se encerra na linguística nem na gramática

cias – poderá permitir que o português seja aquilo que Filomena Silva, d’ *A Semana*, de Cabo Verde, o considera: um “veículo geoestratégico” com “grande potencial, que nos vai servir a todos no desenvolvimento sustentado”. Ouviram-se críticas à falta de investimento na difusão da língua e foi apontado o dedo a Portugal. Mas nesse ponto as opiniões dividiram-se. “Não vejo por que é que tem de se dar essa responsabilidade a Portugal”, afirmou Sales Neto, do *Semanário Angolense*.

Embora não tenha ocupado o essencial do debate, o acordo ortográfico não este ausente – “veio desarrumar o português”, considera Sabino Lopes. Mas o futuro da língua não se encerra na linguística nem na gramática, como observou Paulo Motta. “Em vez de discutirmos gramática, para a cultura lusófona é importante conquistar corações e mentes, o que se faz com o fado, com o samba, com o kuduru”, disse ao PÚBLICO. No debate já tinha dado uma novidade para muitos: “Hoje em dia, ouve-se mais bossa nova no Japão do que no Brasil.”